SCHUMACHER MARQUES GOMES
Concluinte do Curso de Graduação em Ciências Contábeis
pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: ANÁLISE DO IMPACTO DA PRIVATIZAÇÃO NAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS DA ENERGISA PARAÍBA S/A

Trabalho de Conclusão de Curso
Tipo: Artigo Cientifico
Objetivo: Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis
Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Área de Concentração: Controladoria e Contabilidade Gerencial
Orientador: Prof. Me. Ronaldo José Rêgo de Araújo
Localidade: Sousa/PB
Ano de depósito/defesa: 2018

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: ANÁLISE DO IMPACTO DA PRIVATIZAÇÃO NAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS DA ENERGISA PARAÍBA S/A

Resumo: O objetivo deste trabalho é elucidar os impactos causados nas demonstrações contábeis e na qualidade de fornecimento do serviço elétrico que ocorreram após a privatização da Energisa Paraíba. Após a existência de muitas críticas à eficiência administrativa do setor público para manter e operar empresas dedicadas à produção de bens e serviços que podem ser objeto de interesse do setor privado, foi que se deu o início, o combustível para as privatizações. As demonstrações e identificações das melhorias de desempenho e resultados que ela passou a apresentar mediante os anos após a privatização será mostrada através de tabelas e gráficos dos dados publicados anualmente e a partir de demonstrações contábeis dos anos anteriores e seguintes ao da privatização para que assim se faça a mensuração e possa ser tanto calculado de forma quantitativa como mostrado de forma qualitativa os impactos causados. Os principais resultados apontaram que em todas as variáveis estudadas houve em si melhoria, sejam as contas que tinham crescimento como o EBTIDA, ou as que precisariam diminuir, como as perdas, o DEC e FEC. Foi percebido um persistente crescimento, ou melhoria, em todos estes indicadores contábeis operacionais e de qualidade de fornecimento, exceto o Custo de Energia, de uma forma previsível, tendo em vista que para que se possa melhorar uma prestação de serviço e aumentar sua operacionalidade é necessário o investimento no produto principal, como também mediante as crises hídricas onde fez-se necessário a compra de energia das usinas termelétricas.

Palavras-chave: Privatização, Desempenho, Qualidade, Operacional.

1. INTRODUÇÃO

A privatização é considerada um fenômeno muito importante na sociedade nos dias atuais, uma vez que na última década o número de empresas estatais sendo privatizadas vem aumentando. Este processo tão comum nos últimos tempos tem como principal objetivo melhorar fluxos de caixas do governo e reduzir subsídios e injeções de capital por parte do deste para ter uma melhor operacionalidade em suas contas, como também a redução de custos (MACHADO, 2014).

Essa ideia surgiu nos Estados Unidos e foi utilizado em um total dos países da América latina, em especial no Brasil. Na época dentro do Governo de Fernando Henrique o processo de privatização passou a ser mais liberado, setores como o petroquímico e o elétrico estão entre os mais privatizados no nosso país (BAER e MCDONALD, 2009).

O processo de privatização da Energisa no estado da Paraíba, promoveu resultados tanto positivos quanto negativos para a população e para a economia do estado, como também para a sociedade e a própria empresa. Com base no exposto o presente estudo tem como objetivo promover um levantamento bibliográfico e documental sobre a privatização como também o

estudo dos dados de operacionalidade contábil de indicadores como também o de qualidade de fornecimento que diretamente influenciaram na melhoria ou piora do impacto que a privatização fez ocorrer no setor econômico do país e do Estado, como também quais benefícios trouxe para a empresa e para a sociedade paraibana.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo principal elucidar quais os impactos causados nas demonstrações contábeis e na qualidade de fornecimento do serviço elétrico após a privatização da Energisa Paraíba.

Tem havido muitas críticas à eficiência administrativa do setor público para manter e operar empresas dedicadas à produção de bens e serviços que podem ser objeto de interesse do setor privado; portanto, a ortodoxia fiscal é postulada pela máxima de que o Estado deve transferir para esse setor todas as atividades que podem ser lucrativas, mas não apenas isso, porque no caso de participar de outras atividades o Estado deve ser assumido como uma instituição eficiente exemplar que pode reduzir seus custos de produção e operação (BIONDI, 2014).

Nesse contexto, surge a seguinte problemática de pesquisa: **Qual o impacto gerado nas demonstrações contábeis, na parte operacional a e no desempenho partir da privatização da distribuidora de energia da paraíba?**

Argumenta-se sob vários ângulos que a privatização de empresas públicas é desejável em economias de concorrência perfeita, mas o problema é que parte desse processo de privatização estimulou a concentração de capital (BAER e MCDONALD, 2009).

Antes que a decisão de privatizar seja tomada, é vital definir o sucesso, de modo a medir o impacto da privatização. A estratégia de privatização bem-sucedida deveria resultar, pelo menos, no seguinte: um nível de serviço pelo menos tão bom quanto, se não melhor, que o oferecido pelo governo; e um custo de serviço mais baixo do que quando o serviço era fornecido pelo governo, com uma tendência discernível para custos ainda mais baixos (DA ROSA MARTINS, 2007) como também o aumento de faturamento e operacionalidade por conta da privatizadora.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Privatizações

A era pós-segunda Guerra Mundial foi um período difícil para economistas conservadores, acadêmicos, intelectuais e líderes empresariais. A Seguridade Social, a

Tennessee Valley Authority, a Securities and Exchange Act e outros programas do New Deal representaram uma perigosa expansão do papel do governo na economia e na sociedade - nada menos que um ataque frontal à liberdade e o início do socialismo nos Estados Unidos da América (EUA) (PINHEIRO, 1999).

A privatização é uma resposta conservadora padrão a orçamentos públicos apertados, um pilar fundamental dos ataques ao governo, e uma lucrativa oportunidade de mercado para corporações domésticas e globais. Atualmente nos EUA, grandes corporações operam virtualmente todo tipo de serviço público, incluindo prisões, sistemas de bem-estar social, infraestrutura, água e esgoto, lixo e escolas.

No Brasil, as privatizações começaram a ter uma maior notoriedade a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, onde os processos de reformas econômicas ocorreram de forma mais liberal. Entre as reformas, o processo de privatização de empresas estatais e empresas nacionais foram as que ganharam mais destaque. Durante este período, empresas de ramo elétrico, petroquímico, financeiro e mineração foram privatizadas (BÉRZIN, 2004).

Uma das empresas que veio a ser privatizada durante esta reforma no governo FHC foi a distribuidora de energia eletrica do Estado da Paraíba, então SAELPA/CELB, que ocorreu no governo de José Maranhão, no ano 2000. A privatização da Energisa, então Celb (Companhia de Eletrificação da Borborema) e Saelpa (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba) ocorreu com a compra do Grupo Cataguazes-Leopoldina, hoje denominada Grupo Energisa. (VIEIRA, 2011).

O principal argumento utilizado para justificar a privatização foi que o Estado necessitava de racionar o uso de seus recursos. Dessa forma com a venda para empresas privadas, seria possível que o Estado atuasse de forma prioritária na áreas sociais (VIEIRA, 2011) e que assim pudesse haver uma melhoria na qualidade do fornecimento para a população.

2.2 Privatização da Energisa e seus impactos

Como foi abordado no tópico anterior, a partir dos anos 90 com um discurso sobre globalização e defendendo a abertura e liberação de fronteiras econômicas o processo de privatização chega no Brasil. Esse novo processo econômico se deu início no governo do então presidente Fernando Collor de Melo e continuou no governo de Fernando Herinque Cardoso (FHC) (após o impeachment) (VIEIRA, 2011).

No governo FHC o processo de reformas econômicas ocorreu de forma mais liberal. Entre as reformas, o processo de privatização de empresas estatais e empresas nacionais foram as que ganharam destaque. Durante este período, empresas de ramo elétrico, petroquímico, financeiro e mineração foram privatizadas (BÉRZIN, 2004). A privatização da Energisa, então Celb (Companhia de Eletrificação da Borborema) e Saelpa (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba) do Grupo Cataguazes-Leopoldina, aconteceu no ano de 2000, sob o governo de José Maranhão (VIEIRA, 2011).

Antes da privatização da Saelpa foi realizado investimentos de R$ 60 milhões em obras de transmissão e distribuição de energia para todo o estado da Paraíba entre os anos de 1995 a 1998. Esse recurso é proveniente de um empréstimo da Eletrobrás. Quando a privatização foi concluída a Saelpa foi comprada por R$ 327 milhões sendo que R$ 100 milhões foram repassados a Eletrobrás para saldar a dívida, ficando um saldo de R$ 227 milhões para o Governo da Paraíba. Valor considerado muito abaixo do esperado, uma vez que a mesma é avaliada em aproximadamente R$650 milhões, sendo a última empresa estatal do setor elétrico a ser privatizada (VIEIRA, 2011).

Os primeiros impactos surgiram antes mesmo da privatização propriamente dito onde ocorreram aumentos gradativos nas tarifas de serviço. Esse aumento foi uma exigência dos compradores, segundo a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que foi a representante durante a compra. Outro impacto observado foi a redução de funcionários, que segundo os novos donos empresas estatais eram ineficientes devido ao grande número de funcionários por setor, juntamente com o pretexto de corte de custo (VIEIRA, 2011).

2.3 Indicadores Contábeis Operacionais

Após a privatização, mesmo mediante a crise energética que ocorrera em 2001 e 2002, a Energisa já teve sua primeira demonstração a partir de indicadores e de resultados divulgados pela empresa de lucro líquido após a compra da SAELPA/CELB num montante que representava quase 40% do valor antes usado na sua compra.

Mediante esta melhoria alguns dos indicadores quantitativos da empresa começaram também a mostrar crescimento anual, como será mostrada nas demonstrações publicadas pela empresa, principalmente na Receita Liquida Operacional como na EBITDA.

Um exemplo concreto disto é do ano de 2017 onde foi apresentada uma receita bruta de R$ 2.386,8 milhões, esta que vem antes dos tributos serem deduzidos para a demonstração final

contábil. Ao comparar com o lucro do ano de 2016 (R$ 2.271,2 milhões), houve um aumento de 5,1% (R$ 115,6 milhões), o aumento também foi observado na receita operacional líquida que foi de R$ 92,1 milhões no ano (aumento de 6,4%) (ENERGISA PARAÍBA, 2017). Ou seja, quando compararmos de fato os dados referentes aos indicadores quantitativos das demonstrações poderão ser mostrados que após a privatização os lucros obtidos pela Energisa foram maiores do que os anos de 1997, 2000 a 2002, onde a empresa ainda era estatal e quando ela foi privatizada.

2.4 Indicadores Operacionais de Qualidade de Fornecimento

Conforme aponta a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que mede, acompanha, faz as revisões e controla o desempenho e atividades destas distribuidoras mediante a mensuração de indicadores da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, os principais indicadores de qualidade de fornecimento são conhecidos como DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

A continuidade e qualidade deste fornecimento é visualizada e avaliada pela ANEEL através de subdivisões das distribuidoras, chamadas de Conjuntos Elétricos. Mediante esta analise, existem limites para indicadores associados a cada conjunto. Sendo importante salientar que este conjunto elétrico pode ter abrangência variada e divergida. Alguns conjuntos grandes podem abranger mais de um município, ao mesmo tempo em que alguns municípios podem possuir mais de um conjunto.

DEC é o indicador que avalia quantas horas em média cada consumidor ficou sem energia, durante um determinado período (mês, ano, dia, hora, etc.). É medido pelo tempo em número de vezes em que isto aconteceu, também neste caso, o FEC, este que mede a frequência que as interrupções energéticas aconteceram mediante o espaço de tempo (ano) (ANEEL) (ENERGISA PARAIBA S.A 2002-2017), com isto, quanto menor o valor, melhor a qualidade do serviço, ou seja, quanto menos vezes acontecer a interrupção do fornecimento por parte da distribuidora, melhor será classificado o serviço.

Afora destes indicadores mencionados, que são os que permitem uma avaliação mais abrangente da empresa (sendo a média de todos os consumidores), são empregados os indicadores singulares e individuais que permitem avaliar a qualidade dos serviços para cada um dos clientes da empresa:

DIC – Duração de Interrupção por Unidade Consumidora;
FIC – Frequência de Interrupção por Unidade Consumidora;
DMIC – Duração Máxima de Interrupção por Unidade Consumidora.

Estes indicadores do DIC e FIC despontam, respectivamente, por quanto tempo e por quantas vezes uma unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante determinado período (mês, ano, etc.). O DMIC expressa o tempo máximo de cada interrupção. Também para estes indicadores quanto menores os valores apurados, melhor é qualidade do serviço (ANEEL) (ENERGISA PARAIBA S.A 2017).

A Energisa também acompanha o indicador de TMA (Tempo Médio de Atendimento), usado para medir em minutos o tempo médio gasto para atender aos pedidos do cliente, desde o momento em que o consumidor registra sua solicitação na empresa até o momento em que o serviço é efetivamente realizado. Quanto menor o tempo gasto, melhor a qualidade do serviço (ENERGISA PARAÍBA S.A 2017).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As demonstrações e identificações das mudanças de desempenho e melhora de resultados que ela passou a apresentar mediante os anos após a privatização será mostrada através de tabelas e gráficos dos dados publicados anualmente e a partir de demonstrações contábeis dos anos anteriores e seguintes ao da privatização para que assim se faça a mensuração e possa ser tanto calculado de forma quantitativa como mostrado de forma qualitativa os impactos causados, independentemente de serem negativos ou positivos, na operacionalidade de seus indicadores e qualidade de fornecimento, como também na qualidade de seu serviço que estão diretamente ligados um ao outro.

Foram usados os dados dos anos de 1997 até o de 2017 onde fez-se necessário a retirada dos anos de 2000 e 2001 por que se observou que os dados deste período podem ter sofrido impactos consideráveis pelo reconhecimento ou baixa de atos ou fatos contábeis dado o processo de privatização que ocorreu no ano de 2000.

Os dados utilizados foram os das contas de 8 (oito) variáveis, que são: EBITDA, Receita Operacional Liquida, Fluxo de Caixa Operacional, Valor adicionado a Distribuir, Custo do Serviço de Energia, porcentagem de Perda de Energia, o DEC e o FEC, que foram necessárias

para mensurar, quantificar e qualificar como estavam antes da privatização e quais os impactos gerados na operacionalidade e qualidade de fornecimentos após esta.

Após os dados terem sido captados das demonstrações eles foram inflacionados ao IPCA do ano de 2017 para que pudessem mostrar de uma forma mais real aos dias de hoje em valor de moeda, e assim demonstrassem resultados mais condizentes com a realidade.

Para se chegar as tabelas e gráficos usados foram utilizados cálculos descritivos destes dados após terem sido inflacionados, como apresentadas também nos apêndices, onde posterior a isto pôde ter sido demonstrado de forma condizente com a realidade os resultados, podendo assim após estes fatos ter a possibilidade de como resolver o problema desta pesquisa. Também foram calculadas as tabelas de analise horizontal e a descritiva desta, mas mediante ter mostrado resultados mais longínquos da realidade dos indicadores durante os anos fez-se necessário o uso da descritiva mencionada acima.

Para obtenção da identificação do indicador de qualidade tanto do fornecimento como da interrupção da distribuição de energia será feita conforme cálculos demonstrados em equações proferidas pela ANEEL do DEC e FEC onde mediante seus resultados podem ser indicados em números percentuais as melhorias ou pioras destes, tendo como variável de interesse para esta pesquisa o indicador de qualidade e fornecimento, conforme demonstrados na sequência:

Equação 01 - Apuração de DEC (ANEEL, 2018):

$$DEC = \frac{\sum_{i=1}^{n} Ca(i) \times t(i)}{Cs}$$

Sendo:

DEC = Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor, expresso em horas e centésimos de hora;

n = Número de interrupções no período de observação;

i = Contador do número de interrupções, variando de 1 a n;

Ca(i) = Número de consumidores, do conjunto considerado, atingidos na interrupção (i);

t(i) = Tempo de duração da interrupção (i), em horas;

Cs = Número total de consumidores do conjunto considerado.

Equação 02 - Apuração de FEC (ANEEL, 2018):

$$FEC = \frac{\sum_{i=1}^{n} Ca(i)}{Cs}$$

Sendo:

FEC = Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor, número adimensional expresso com duas casas decimais;

n = Número de interrupções no período de observação;

i = Contador do número de interrupções, variando de 1 a n;

Ca(i) = Número de consumidores, do conjunto considerado, atingidos na interrupção (i);

Cs = Número total de consumidores do conjunto considerado.

Mediante todos os fatos mencionados acima do que foi feito, analisado e calculado foi que de fato efetuou-se a demonstração dos resultados e logo após sua análise.

4. ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das demonstrações publicadas anualmente por parte da Energisa PB S.A, foram coletados os dados que foram utilizados para análise e discussão dos resultados desta pesquisa, todos estes dados estão nos apêndices e também nesta discussão, dentre os quais estão as contas diretamente ligadas a parte operacional contábil da empresa, como por exemplo a EBITDA, RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA, usando também por parte da demonstração da qualidade no fornecimento da energia, ligado diretamente aos impactos operacionais, tendo como exemplo o DEC e FEC, como a porcentagem de perda de energia. Todas os dados estarão demonstrados em tabelas, seja no corpo dos resultados ou em apêndices, como também em gráficos.

Mediante os dados utilizados e tendo em vista uma melhor e mais atual demonstração de resultados, foram retirados da pesquisa e da analise os anos de 2000 e 2001, estes que são os primeiros pós privatização, tomando como justificativa o fato da exorbitante diferença que esta demonstraria para com os anos anteriores em valores reais, como para os anos seguintes a privatização.

Também foi utilizado uma tabela de dados inflacionários de Indices do IPCA, também demonstrado no apêndice, para ajustar os valores da era antes da privatização, tendo em vista

que estes ficariam desatualizados e fariam com que a pesquisa não mostrasse valores e analises reais aos dias de hoje.

Após a coleta de dados brutos, como visto no apêndice A Tabela de Dados Inflacionados, foi calculada a tabela de analise Horizontal, também visto no apêndice B, como descritiva destes dados para que assim pudesse ser iniciado a analise real dos valores dos indicadores estudados, como visto na tabela 1.

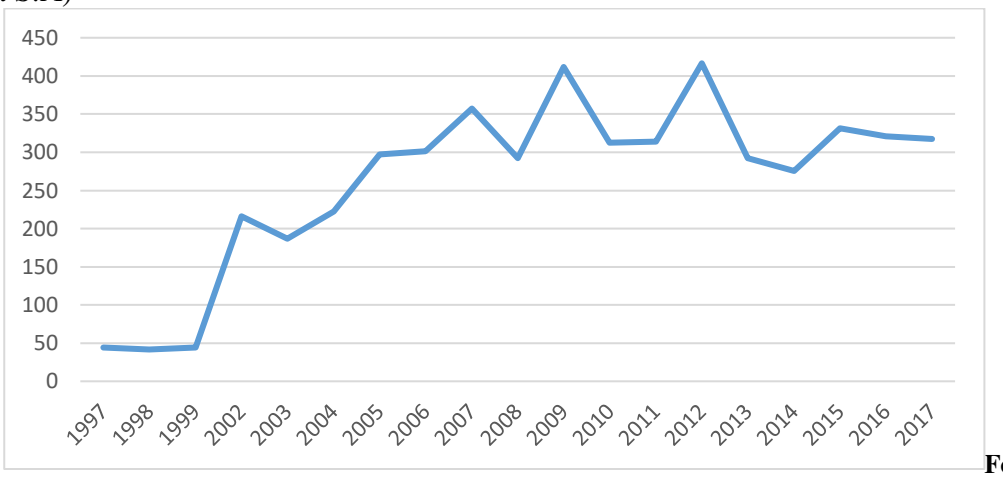
Tabela 1: Estatísticas descritivas da Tabela de dados de todas as variáveis estudadas na pesquisa (Energisa 1997 – 2017, exceto 2000 e 2001)

Variáveis	Média	Mediana	Desv.Padr.	Coef. Var.	Máximo	Mínimo
EBITDA	262,95	297,26	112,86	0,43	416,54	41,67
FC OPER	187.135	212.459	111.152	0,59	348.083	31.013
VALR. AD	890.498	1.019.673	338.295	0,38	1.278.649	258067
ROL	1.134.615	1.148.657	392.733	0,35	1.658.719	497533
CUST. ENER	498.413	296.364	391.560	0,79	1.271.467	78.758
PERD. ENER	18,17	18,06	4,97	0,27	26,62	12,08
DEC	35,02	29,86	18,82	0,54	94,7	17,62
FEC	18,55	15,79	12,62	0,68	59,2	6,31

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Com base no *Ebitda (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization)* que é um indicador utilizado para avaliar empresas de capital aberto, este que relata a realidade financeira de uma empresa e como está o desempenho de cada ano, com a geração de operacionalidade do caixa, teve uma média de R$ 262,95 milhões de reais, tomando como base o período de 1997, antes da privatização, até o ano de 2017, é visto que o valor que mais se aproxima da realidade seria a mediana, com R$ 297,36 milhões, por demonstrar um valor mais homogêneo com os anos a partir dos valores demonstrados na coleta de dados demonstradas nos apêndices e nas próprias demonstrações publicadas pela empresa estudada. Todavia, houve variações das observações em torno da média (0,43 Coeficiente de Variação), apresentando seu menor valor em R$ 41,67 milhões e o maior no montante de R$ 416,54 milhões, sendo este no ano de 2012, mostrado, como no gráfico 1 abaixo um crescimento no decorrer dos anos após a privatização.

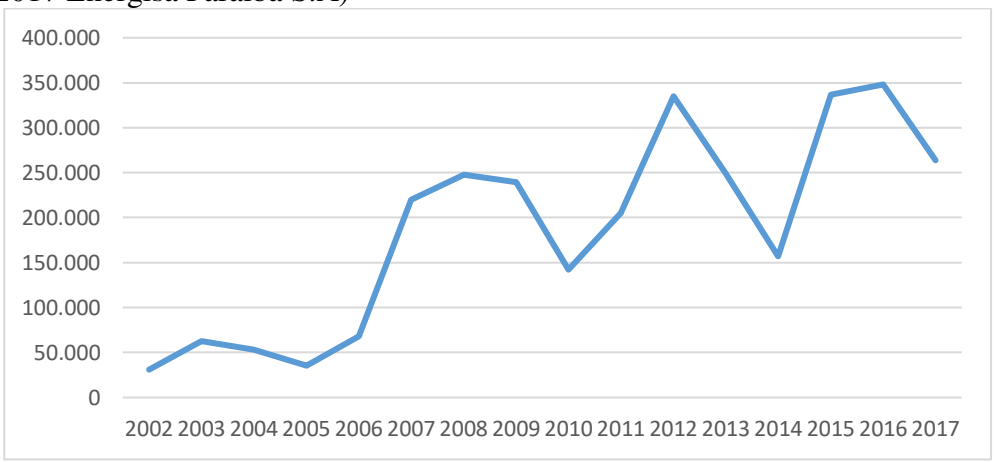
Gráfico 1: Comportamento do EBITDA em milhões ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O Fluxo de Caixa Operacional é o resultado das entradas e saídas financeiras da empresa, levando em consideração apenas as movimentações necessárias à operação (ENERGISA PARAÍBA, 2017), o valor da média gerados durante os anos analisados, foram de R$ 187.135 mil reais. Entre os anos de 1997 até 2001 não foram coletados os dados, mediante a falta destes, tendo como base o ano de 2002, já após a privatização, no qual foram demonstrados os valores de forma mais especifica, e, diferente dos indicadores analisados anteriormente, não havendo discrepância por conta do período anterior e posterior. A mediana com valor de R$ 212.459 reais, também como na EBITDA e pelos mesmos motivos externados no tópico anterior, é a que mais se aproxima da realidade no decorrer dos anos onde vemos que o máximo foi de R$ 348.083 reais e o mínimo de R$ 31.013 reais. Vemos claramente que este indicador, como o anterior, cresceu, com algumas oscilações em determinados momentos acerca dos anos como mostrado de forma mais objetiva no gráfico 2:

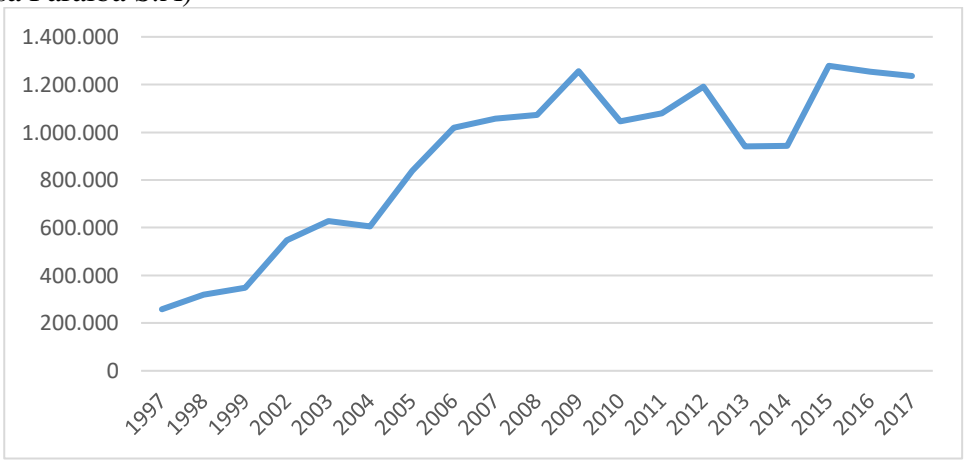
Gráfico 2: Comportamento do Fluxo de Caixa Operacional em R$ mil ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O Valor Adicionado a Distribuir que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras (CPC 09) (ENERGISA PARAIBA, 2017) teve uma média de R$ 890.498 reais mostrando a realidade do que fora distribuído de fato durante os anos. Também como visto nos dois indicadores anteriores, nota-se o crescimento durante todo o espaço de tempo de dados coletados, tanto mostrado na tabela do apêndice A como no gráfico.

Gráfico 3: Comportamento do Valor adicionado a distriuir ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)

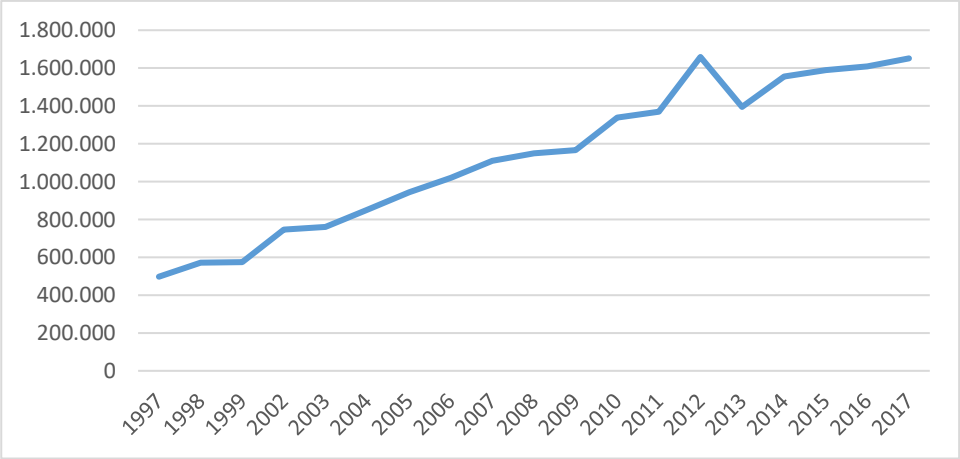


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A ROL (Receita Operacional Liquida) que é valor recebido de forma efetiva pelas vendas de seus produtos ou serviços após os abatimentos necessários, o qual teve média durante o decorrer dos anos de R$ 1.134.615 reais, mediana de R$ 1.148.657 reais e o desvio padrão de R$ 392.733 reais, tendo também o valor que mais se aproxima da realidade dos dados o da

mediana. Os valores de máximo e mínimo foram respectivamente de R$ 1.658.719 reais e R$ 497.533 reais, observando novamente a diferença dos anos anteriores e posteriores a privatização, nos quais se obteve crescimento em todos os anos, onde mostra-se de toda forma o aumento anual deste indicador, vide gráfico abaixo.

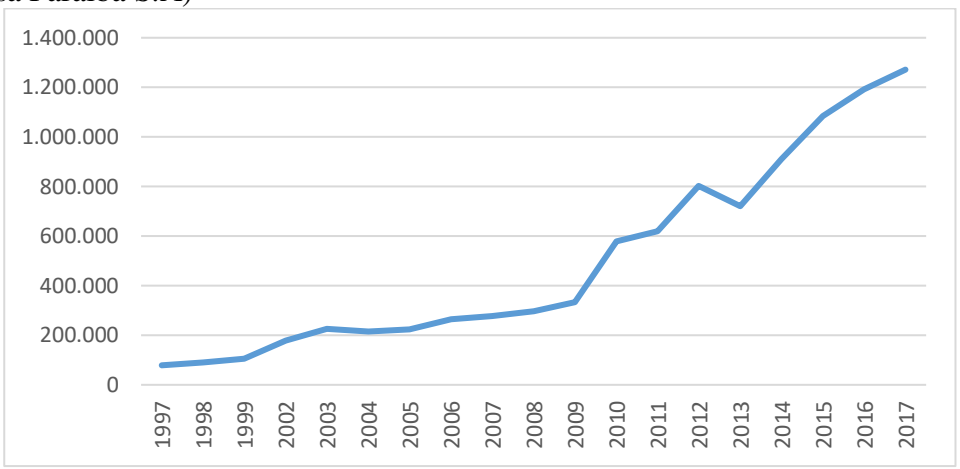
Gráfico 4: Comportamento do Receita Operacional liquida ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O custo do serviço de energia, baseado na conta de compra desta e dos custos os quais estão diretamente ligados para a distribuição, teve em média durante os anos o montante de R$ 498.413 reais. O desvio padrão indicado mostra exatamente o mesmo do que já vem sendo mostrado nos outros indicadores, onde temos R$ 391.560 reais, mostrando um alto valor por conta da diferença destes períodos, onde podemos avaliar ainda mais mediante os valores de máximo e mínimo, que são R$ 1.271.467 e o R$ 78.758 reais, respectivamente. Este, conforme também os outros indicadores teve durante os anos um crescimento, este que se dá mediante a busca pela melhor qualidade do serviço prestado para que assim pudesse ser obtidos melhores resultados nas contas mencionadas anteriormente.

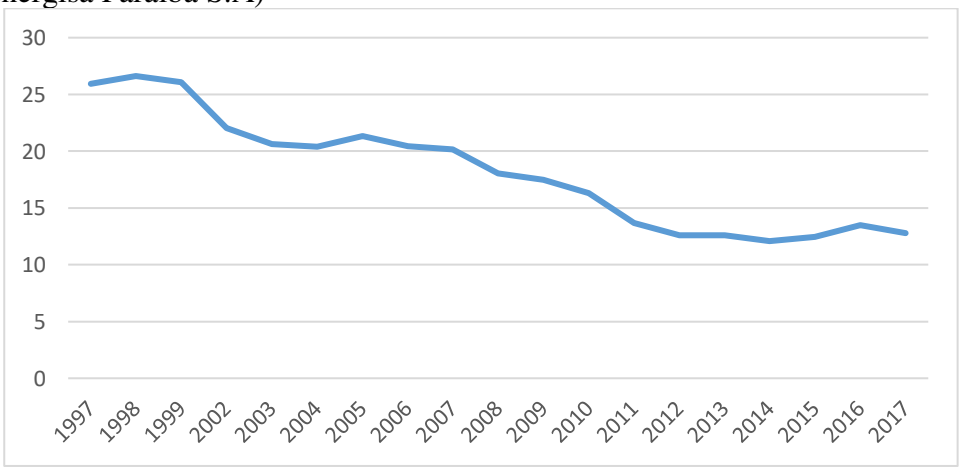
Gráfico 5: Comportamento do Custo do Serviço de Energia ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A porcentagem de perdas de energia, que está ligada diretamente tanto com a parte operacional financeira, como com a qualidade do fornecimento do serviço, como o tópico anterior, apresentou uma média de 18,17%, valor este bem próximo a mediana que é de 18,06% com o desvio de 4,97%, considerado relativamente baixo. O valor de máximo e mínimo são de 26,62% e 12,08% respectivamente, onde baseado também no que foi destacado anteriormente, a expectativa é de que a discrepância destes valores se dá exatamente por conta do período anterior e posterior da privatização. Neste indicador o melhoramento se dá a partir da sua diminuição, onde, quanto menos se perde mais se tem qualidade de fornecimento e como consequência disto um melhor faturamento.

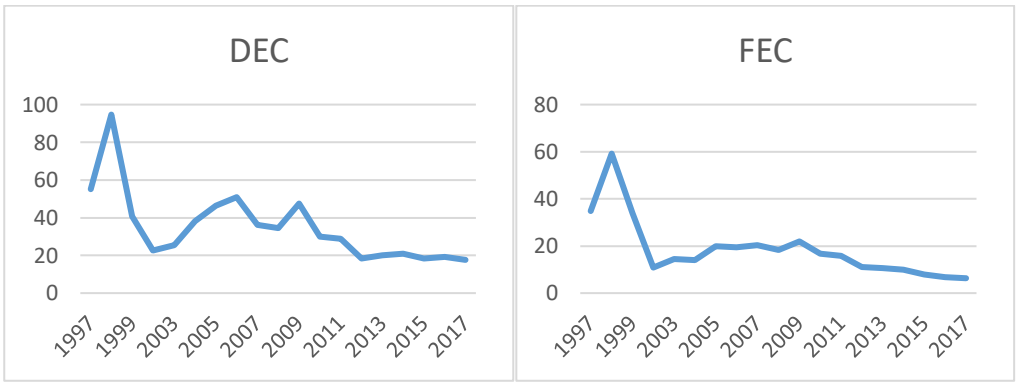
Gráfico 6: Comportamento da porcentagem de perdas de energia ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O DEC *(Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor)* e o FEC *(Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor)* que são indicadores medidos em horas e que estão diretamente ligados a qualidade do fornecimento do serviço como ao faturamento, receitas e como também as despesas com manutenção teve uma média de 35,02 horas/ano, onde a mediana com 29,86 horas/ano e o desvio com 18,82 horas/ano demonstram mais a realidade do que foi este indicador, baseado no mesmo que foi falado durante este trabalho onde os valores anteriores a privatização costumam ser maiores, como mostrado no ano de 1998 com 94,7 horas/ano, e o posteriores a privatização menores, como o do ano de 2017 com 6,31 horas/ano, mostrando assim a melhoria no serviço e na parte operacional nas contas onde este indicador se faz necessário para sua evolução.

Gráfico 7: Comportamento do DEC e FEC em horas/ano ao longo do tempo (1997-2017 Energisa Paraíba S.A)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal e problemática elucidar quais os impactos causados nas demonstrações contábeis de forma operacional e na qualidade de fornecimento do serviço elétrico que ocorreram após a privatização da Energisa Paraíba. Para resolver esta problemática foram captados os dados a partir das demonstrações contábeis anuais geradas pela empresa em questão, como também pela que a precedeu, Saelpa. As variáveis usadas foram o EBTIDA, Fluxo de Caixa Operacional, Receita Operacional Liquida, Valor Adicionado a Distribuir, e Custo de Energia, que são contas operacionais, como também as diretamente ligadas a parte de qualidade de fornecimento, como Perdas de Energia, o DEC e FEC.

Para eliminar o efeito do valor da moeda ao longo do tempo, as variáveis contábeis foram inflacionadas ao exercício de 2017 de acordo o IPCA demonstrado na tabela do apêndice

B. A partir disso foi possível resolver o problema desta pesquisa por meio das análises descritivas e gráficas.

Com isso os resultados chegaram as seguintes conclusões, foi visto que em todas as variáveis estudadas houve em si melhoria, sejam as contas que tinham crescimento como o EBTIDA, ou as que precisariam diminuir, como as perdas, o DEC e FEC. Foi percebida um persistente crescimento, ou melhoria, em todos estes indicadores contábeis operacionais e de qualidade de fornecimento, exceto o Custo de Energia, de uma forma previsível, tendo em vista que para que se possa melhorar uma prestação de serviço e aumentar sua operacionalidade é necessário o investimento no produto principal, como também mediante as crises hídricas onde fez-se necessário a compra de energia das usinas termelétricas.

A partir do término desta pesquisa e após todas as analises e estudo dos dados mencionados, conclui-se que a privatização impactou de forma positiva, tanto o estado, como a sociedade e também a empresa.

Os resultados e as considerações apontadas nesta pesquisa são limitados ao tempo e ao método empregados nela, sendo assim, outras pesquisas podem apresentar resultados adversos. De uma outra forma os resultados poderiam ser aperfeiçoados a partir da analise minuciosa de outros indicadores que não foram abordados nesta pesquisa.

REFERENCIAS

ANNEL Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/Audiencia.../Anexo2_Minu_Contra_Qualidade.doc Acessado em: 15/10/2018.

ANEXO AO CONTRATO DE ADESÃO À PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em:http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/Audiencia.../Anexo2_Minu_Contra_Qualidade.doc Acessado em: 15/07/2018.

BAER, Werner; MCDONALD, Curt. Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 16, 2009.

BÉRZIN, Ivan. **A desnacionalização do setor elétrico brasileiro nos anos 1990**. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia/MG, 2004.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. Geração Editorial**,** 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

DA ROSA MARTINS, Carlos Eduardo. **O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas**. Revista katálysis, v. 10, n. 1, p. 35-43, 2007.

INDICADORES DE QUALIDADE. Disponível em: https://www.energisa.com.br/paginas/informacoes/sua-conta/indicadores-qualidade.aspx Acessado em 15/10/2018.

MACHADO, Fernando Moreno. Desestatização e privatização no Brasil. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, p. 99-119, 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Privatização no Brasil: por que? Até onde? Até quando?**. 1999.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. **A privatização do setor elétrico brasileiro: o caso da Paraíba**. Revista Espaço Acadêmico, v. 10, n. 119, p. 138-146, 2011.

Apêndice A: Dados contábeis de desempenho e Operacionalidade após índice inflacionário IPCA 2017 Energisa PB S.A no período de 1997-2017.

TABELA DE DADOS COLETADOS DAS DEMONSTRAÇÕES									
ANO	EBITDA (R$ MILHÕES)	% PERDAS DE ENERGIA	CUSTO SERVICO DE ENERGIA	FC OPER (R$ MIL/MILHÕES)	VALOR ADICIONADO A DISTRIUBUIR (R$	DEC HORAS	FEC HORAS	ROL (R$ MILHÕES)	NUMERO_INDICE ICPA
1997	44,39	25,92	78.758		258.068	55,1	34,8	497.534	29,51
1998	41,67	26,62	89.374		320.278	94,7	59,2	570.366	30
1999	44,37	26,08	104.327		348.201	40,6	33,9	573.070	32,68
2002	215,91	22,02	177.688	31.013	547.163,29	22,7	10,9	746.810	41,96
2003	186,85	20,65	226.258	62.745	626.859,62	25,4	14,4	761.552	45,87
2004	222,69	20,39	215.299	53.426	605.867,57	38,1	14,1	851.563	49,35
2005	297,36	21,31	222.980	35.629	837.271,47	46,3	19,9	944.329	52,16
2006	301,51	20,43	265.078	68.066	1.019.673,31	50,8	19,4	1.019.207	53,80
2007	356,96	20,18	277.735	219.882	1.057.031,13	36,08	20,4	1.109.686	56,20
2008	292,04	18,06	296.364	247.573	1.073.005,38	34,47	18,2	1.148.658	59,51
2009	411,57	17,46	333.301	239.517	1.255.835,83	47,56	21,96	1.166.576	62,08
2010	312,56	16,31	579.299	141.968	1.044.922,10	29,86	16,8	1.338.912	65,75
2011	313,75	13,68	619.884	205.037	1.080.432,02	28,96	15,79	1.370.550	70,02
2012	416,54	12,6	802.119	334.735	1.191.755,04	18,34	11,09	1.658.720	74,11
2013	292,39	12,6	721.576	248.779	940.603,51	20,18	10,69	1.395.175	78,49
2014	275,5	12,08	910.993	157.172	943.570,20	21,01	9,82	1.555.769	83,52
2015	331,47	12,47	1.084.925	336.676	1.278.649,37	18,26	7,99	1.589.640	92,44
2016	320,82	13,51	1.192.440	348.083	1.253.632,07	19,31	6,81	1.608.777	98,25
2017	317,7	12,8	1.271.467	263.863	1.236.655,00	17,62	6,31	1.650.800	100

Apêndice B: Analise Horizontal dos Dados de Desempenho Contábil e Operacional da Energisa PB S.A no período de 1997-2017

TABELA DE ANALISE HORIZONTAL

ANO	EBITDA %	% PERDAS DE ENERGIA	CUSTO SERVICO DE ENERGIA %	FC OPER %	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR %	DEC %	FEC %	ROL %
1998/1997	93,87	102,70	113,48		124,11	171,87	170,11	114,64
1999/1998	106,48	97,97	116,73		108,72	42,87	57,26	100,47
2003/2002	86,541	93,78	127,33	202,32	114,57	111,89	132,11	101,97
2004/2003	119,181	98,74	95,16	85,15	96,65	150,00	97,92	111,82
2005/2004	133,531	104,51	103,57	66,69	138,19	121,52	141,13	110,89
2006/2005	101,396	95,87	118,88	191,04	121,79	109,72	97,49	107,93
2007/2006	118,391	98,78	104,77	323,04	103,66	71,02	105,15	108,88
2008/2007	81,813	89,49	106,71	112,59	101,51	95,54	89,22	103,51
2009/2008	140,929	96,68	112,46	96,75	117,04	137,98	120,66	101,56
2010/2009	75,943	93,41	173,81	59,27	83,21	62,78	76,50	114,77
2011/2010	100,381	83,87	107,01	144,42	103,40	96,99	93,99	102,36
2012/2011	132,762	92,11	129,40	163,26	110,30	63,33	70,23	121,03
2013/2012	70,195	100,00	89,96	74,32	78,93	110,03	96,39	84,11
2014/2013	94,223	95,87	126,25	63,18	100,32	104,11	91,86	111,51
2015/2014	120,316	103,23	119,09	214,21	135,51	86,91	81,36	102,18
2016/2015	96,787	108,34	109,91	103,39	98,04	105,75	85,23	101,20
2017/2016	99,027	94,74	106,63	75,80	98,65	91,25	92,66	102,61

Apêndice C: Tabela Descritiva da Analise Horizontal dos dados, Energisa PB S.A no período de 1997-2017

TABELA DE ANALISE DESCRITIVA DA ANALISE HORIZONTAL								
APÓS A ANALISE HORIZONTAL	EBITDA %	% PERDAS DE ENERGIA	CUSTO SERVICO DE ENERGIA %	FC OPER %	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR %	DEC %	FEC %	ROL %
MÉDIA	104,22	97,06	115,36	131,70	107,92	101,97	99,96	105,97
MEDIANA	100,38	96,68	112,46	103,39	103,66	104,11	93,99	103,51
DESVIO	20,61	5,89	18,49	74,75	16,13	32,60	27,63	8,26
COEF VAR	0,20	0,06	0,16	0,57	0,15	0,32	0,28	0,08
MAXIMO	140,93	108,34	173,81	323,04	138,19	171,87	170,11	121,03
MINIMO	70,19	83,87	89,96	59,27	78,93	42,87	57,26	84,11